

Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática

Requerimento N° de 2008

(Do Sr. Walter Pinheiro)

Requer a realização de Seminário para debater os avanços promovidos pelas políticas governamentais de utilização de softwares livres no Brasil.

Senhor Presidente,

Com base no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de Seminário promovido por esta Comissão para debater os avanços promovidos pelas políticas governamentais de utilização de softwares livres no Brasil.

Justificativa

No ano de 1999 apresentamos o **PL 2269/1999**, que constituiu-se no primeiro projeto de lei no Brasil a propor a adoção de ações no sentido de se estabelecer uma política pública de preferência na utilização de softwares livres pela administração pública. Em 2001, realizamos o primeiro fórum internacional sobre o assunto no legislativo do Brasil, promovendo o intercâmbio com especialistas de diversos países, inclusive da China.

Quase dez anos depois, o quadro é bastante mais animador para os programas de código fonte aberto. Uma pesquisa da consultoria IDC mostra que a base de sistemas operacionais de código fonte aberto instalados em microcomputadores no Brasil cresce da ordem de 30% ao ano e já está em 64% das empresas brasileiras.

Até este momento um único programa do Governo Federal já distribui 90 mil computadores com softwares livres, que estarão presentes em escolas públicas de todo o país. À este total somam-se 50 mil outros já existentes, acelerando o processo de informatização na educação com expressiva economia para os cofres públicos. A implementação do programa Computador Para Todos, ainda no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, proporcionou a redução da pirataria de equipamentos de informática e foi totalmente baseada na adoção de softwares livres, sendo muitos deles gratuitos.

Atualmente, setenta por cento (70%) das compras de computadores novos no Brasil são feitas no mercado formal, comprovando que a população está deixando de recorrer ao “mercado cinza”, que não paga impostos nem contrata mão-de-obra com garantias trabalhistas. Estes dados são resultados diretos das reduções dos preços proporcionada proporcionada pelos softwares livres e da carga tributária incidente.

Ainda que avanços sejam evidentes, fica também evidenciada a necessidade de construção de um marco legal para nortear as políticas de estado no Brasil para software livre. A realização deste seminário possibilitará a discussão das ações governamentais e dos caminhos regulatórios para a consolidação desses avanços

Sala da Comissão em de Maio de 2008

Walter Pinheiro
Deputado Federal (PT/BA)